

# RUSSEL *VERSUS* QUINE: SOBRE AS ORIGENS FILOSÓFICAS DO CONCEITO DE EPISTEMOLOGIA NATURALIZADA

Henrique Jales Ribeiro  
Universidade de Coimbra

## I 6. Empiricism without the Dogmas

The totality of our so-called knowledge or beliefs, from the most casual matters of geography and history to the profoundest laws of atomic physics or even of pure mathematics and logic, is a man-made fabric which impinges on experience along the edges. Or, to change the figure, total science is like a field of force whose boundary conditions are experience.

W. V. O. Quine, "Two Dogmas of Empiricism".

(...) I will observe, however, that empiricism, as a theory of knowledge, is self-refuting. For, however it may be formulated, it must involve some general proposition about the dependence of knowledge upon experience; and any such proposition, if true, must have as a consequence that itself cannot be known. While, therefore, empiricism may be true, it cannot, if true, be known to be so. This is, however, a large problem.

B. Russell, *An Inquiry into Meaning and Truth*.

---

## Abstract

Quine has been traditionally conceived as the first philosopher to introduce semantic holism and the concept of naturalized epistemology in contemporary analytical philosophy, against Russell, Carnap and others. The author, following his own research on the subject, shows provocatively the Russellian roots of Quine's views.

## Keywords

Analytical philosophy, epistemology, holism, naturalism, Quine, Russell.

---

Uma palavra para esclarecer o título e os propósitos da minha comunicação. A pressuposição de que a filosofia Russell estará na origem, directa ou indirectamente, do conceito quineano de epistemologia naturalizada é, à partida, paradoxal ou, pelo menos, altamente questionável segundo a historiografia na matéria. Pois não foi em grande parte, justamente, contra uma epistemologia de tipo fundacionalista, como a de Russell, que esse conceito terá sido concebido? Dizer que uma tal epistemologia estará de algum modo na rota, filosoficamente falando, do conceito de Quine parece ser, assim, uma *contradictio in adjectum*, quando não mesmo uma provocação. Vou sugerir, contudo, que, sendo certo que Russell não é um autor da ideia de epistemologia naturalizada, a sua própria concepção de epistemologia numa série de trabalhos dos anos trinta e quarenta do século passado abriu o caminho, positivamente falando, para a de Quine, mesmo se, em última análise, os seus respectivos resultados só de forma mais ou menos remota foram incorporados por esta última. A minha teoria passa, desde logo, por não devermos aceitar uma parte substancial do que Quine ele mesmo nos diz, genericamente, quanto às origens da sua concepção<sup>1</sup> e, de forma mais geral, por recusarmos subscrever o que a historiografia conhecida, ou aquilo a que podemos chamar a “versão oficial das origens do conceito de epistemologia naturalizada”, diz sobre a matéria.<sup>2</sup> Fornecerei um importante conjunto de sugestões que apontam para as enormes vantagens, do ponto de vista do estudo da história da filosofia analítica em toda a sua complexidade, tanto de uma como de outra atitude. Passa, em segundo lugar, por procurar contextualizar nos trabalhos da filosofia de Russell a que aludi a problemática da epistemologia naturalizada, sobretudo a que diz respeito à teoria da significação e à filosofia da linguagem de modo geral. E, também quanto a este assunto, argumentarei, retomando a minha própria investigação nestes últimos anos, que não devemos partilhar as interpretações da historiografia conhecida, que estão estreitamente relacionadas com a teoria da história da filosofia analítica que informa a visão oficial das origens do conceito de epistemologia naturalizada.<sup>3</sup> Finalmente, procurarei estabelecer um paralelo entre a epistemologia de Russell e a de Quine, que, longe de as opôr ou contrastar entre si, como acontece habitualmente, salienta as suas afinidades e complicitades.<sup>4</sup>

\*

Que exista uma visão “standard” ou oficial dessas origens é algo evidente na literatura analítica corrente. Entendo por “visão oficial” uma teoria da história que constitui a grelha dominante da leitura e interpretação, por parte do aparelho universitário anglófono, do lugar

<sup>1</sup> Veja-se, por exemplo, W. V. QUINE, “Autobiography of W. V. Quine”, in L. E. HAHN e P. A. SCHILPP (Ed.s), *The Philosophy of W. V. Quine*, Open Court: La Salle-Illinois, 1988, 3 e ss..

<sup>2</sup> Essa versão é recorrente na historiografia conhecida e, por isso, dispensamo-nos de muitas exemplificações. Veja-se o conjunto de trabalhos reunidos em H. Kornblith (Ed.), *Naturalizing Epistemology*, The MIT Press: Cambridge-Massachusetts/London, 1994 (ex.: IDEM, “What is Naturalistic Epistemology?”, in *ibidem*, 1-14). Em trabalhos mais amplos e especializados, essa versão é igual e persistentemente desenvolvida. Veja-se R. F. GIBSON, “Translation, Physics, and Facts of the Matter”, in W. V. QUINE, *op. cit.*, 139 e ss.; e C. HOOKWAY, *Quine: Language, Experience and Reality*, Stanford University Press: Stanford/California, 1988. A tendência da historiografia mais recente, contudo, tem sido para salientar os compromissos e complicitades entre as teses quineanas e a filosofia tradicional.

<sup>3</sup> Veja-se, nomeadamente, H. RIBEIRO, “The Present Relevance of Bertrand Russell’s Criticism of Logical Positivism”, in *Revista Portuguesa de Filosofia*, LV, 4, 1999, 427-458; IDEM, *Para compreender a história da filosofia analítica*, MinervaCoimbra: Coimbra, 2001; e IDEM, “O *Tractatus* de Wittgenstein, Russell e o problema do holismo em filosofia”, in *Revista Portuguesa de Filosofia*, 58, 2002, 465-497.

<sup>4</sup> Na mesma linha de pensamento, destaque-se D. LACKEY, “Russell’s Anticipation of Quine’s Criterion”, in *Russell: The Journal of the Bertrand Russell Archives*, 16, Winter 1975, 27-30; P. O’GRADY, “The Russellian Roots of Naturalized Epistemology”, in *ibidem*, N.S., 15, 1995, 53-63.

da filosofia de Quine no movimento analítico, sobretudo no que ao positivismo lógico concerne, particularmente a partir do final dos anos sessenta.<sup>5</sup> Falando de “grelha” estou falar de um conjunto de pressupostos históricos e filosóficos fundamentais que orientam mais ou menos comodamente as interpretações e que estão longe de ser evidentes por si mesmos, não porque sejam falsos isoladamente, ou considerados de *per se*, mas porque são redutores e simplistas, apontando, de facto, para um enredo muito mais complexo e profundo da trama da história do conceito de epistemologia naturalizada. Poderíamos consubstanciá-los na tese seguinte:

*Tese:* Essa epistemologia surge, de forma revolucionária, contra a epistemologia tradicional de Russell, Carnap e do positivismo lógico em geral, demarcando-se do reducionismo e verificacionismo da mesma, ao qual opõe, pela primeira vez na história da filosofia analítica, uma visão holista e naturalista consequente, alheia ao fundacionalismo, em matéria de epistemologia e de filosofia da linguagem.<sup>6</sup>

Terei ocasião, espero eu, de procurar desmistificar esta tese em alguns dos seus vários componentes doutrinais, ao encontro, aliás, de alguma historiografia recente quer quanto ao positivismo lógico, e ao vieneses em particular, quer quanto a Russell. O ponto decisivo não é tanto que Russell ou Carnap terão adoptado um programa reducionista e verificacionista em epistemologia mas, repito-o mais uma vez, *que Quine teria introduzido pela primeira vez na história da filosofia, sem precedentes ou antecedentes na matéria, a problemática do naturalismo e do holismo, e a questão da epistemologia fundacionalista ‘versus’ epistemologia naturalizada.* Uma tal visão instaura, pois, uma ruptura clara entre a problemática da epistemologia naturalizada de Quine e as problemáticas filosóficas tradicionais, como se não existisse entre elas qualquer tipo de relação, de continuidade ou de compromissos. E é justamente esse signo da ruptura ou da descontinuidade que, acrescento eu, caracteriza o que chamei de “visão oficial”, e que, no que a Russell diz respeito em particular, não devemos subscrever hoje em dia. Não é de estranhar que, demarcando de forma precisa mas enganadora limites ou fronteiras histórico-filosóficas aparentemente claras, ao abrigo da nova problemática da epistemologia naturalizada, essa visão se tivesse tornado um verdadeiro programa de interpretação, fácil e cómodo, da historiografia analítica praticada nas universidades anglófonas no último quartel do século XX. Nem mesmo o facto de Quine ter sido um frequentador do chamado “segundo Círculo” de Viena,<sup>7</sup> de nunca ter escondido a sua enorme dívida para com Russell e Carnap, por exemplo,<sup>8</sup> não parece sugerir a suspeita de que, afinal de contas, talvez

<sup>5</sup> Quine começou a percorrer a rota da “epistemologia naturalizada”, como se sabe, a partir dos anos cinquenta, com “Two Dogmas of Empiricism”, e a mesma teria uma etapa decisiva nos finais dos anos sessenta com a publicação de uma série de ensaios reunidos em *Ontological Relativity and Other Essays* (o ensaio principal, que deu o título à obra, data de 1968). O intervalo entre o relativo desconhecimento de Quine, por parte do mundo filosófico, e o seu apogeu neste, depois dos anos setenta, pode explicar-se através da derradeira dominação da agenda filosófica, nessa época, pela filosofia britânica ou pela chamada “ordinary language philosophy” (Ayer, Strawson, Ryle, Austin e outros). Veja-se, sobre este ponto, M. DUMMETT, “Can Philosophy Be Systematic And Ought It To Be?”, in *Truth and Other Enigmas*, Duckworth: Worcester/London, 1978.

<sup>6</sup> Um dos defensores da tese dirá, em síntese: “It has become customary for epistemologists who profess allegiance to a ‘naturalistic’ conception of knowledge to pay homage to *Quine as the chief contemporary provenance of their inspiration* - especially to his influential paper “‘Epistemology Naturalized”. Quine’s principal argument in this paper against traditional epistemology is based on the claim that the Cartesian foundationalist program has failed (...). While this claim about the hopelessness of the Cartesian ‘quest for certainty’ is nothing new, *using it to discredit the very conception of normative epistemology is new, something that any serious student of epistemology must contend with.*” (J. KIM, “What Is Naturalized Epistemology?”, in H. KORNBLITH (Ed.), *op. cit.*, 36-37, ss. nn.)

<sup>7</sup> Veja-se W. V. QUINE, “Autobiography of W. V. Quine”, in *op. cit.*, 12 e ss..

<sup>8</sup> Veja-se *IDEM, ibidem*, 12 e ss.. Sobre a dívida de Quine para com Russell, veja-se *IDEM*, “Logical Correspondence with Russell”, in *Russell: The Journal of the Bertrand Russell Archives*, N. S., vol. 8, 1-2, Summer/Winter, 225-231.

não seja bem assim, e que, em última análise, não há inovação sem tradição e crise, ruptura sem alguma continuidade ou compromissos. Mas, por agora, e tendo em vista introduzir o tema da minha comunicação, deixem-me comentar a aceitação ou não por parte do próprio Quine da tese que referi mais acima. Um tal objectivo objectivo passa por fazer algumas observações sobre a visão quineana da história da filosofia analítica.

\*

É sabido que Quine escreveu muito pouco sobre a história da filosofia e da analítica em particular quando consideradas em si mesmas. As teorias de Russell, Carnap, Tarski e outros aparecem nos seus trabalhos no contexto da sua própria filosofia, fornecendo um excelente exemplo do modelo de reconstrução histórica e racional com o qual Rorty, anos mais tarde, virá a identificar um dos géneros fundamentais da historiografia analítica.<sup>9</sup> Seja como for, o facto é que parece não haver muitas dúvidas de que ele, com algumas hesitações que mais adiante explicarei, foi o primeiro subscritor da tese acima mencionada, sugerindo aqui e ali que Russell não só ignorava o holismo e o naturalismo a respeito da teoria da significação mas estava na origem do reducionismo e verificacionismo do positivismo lógico e de Carnap em particular.<sup>10</sup> Não porque Carnap, é claro, segundo Quine, tivesse simplesmente desenvolvido as teorias de Russell; mas porque, histórica e filosoficamente falando e posto de parte o contributo inestimável da filosofia da lógica e da matemática de homens como Gödel ou como Tarski, a de Carnap terá procurado seguir os mesmos pressupostos epistemológicos essenciais de um modelo de “filosofia primeira” como a de Russell, e, em especial, a do Russell posterior à primeira edição de *Os Princípios da Matemática* (1903).<sup>11</sup> Putnam, que sempre foi mais prolixo do que Quine sobre a história da filosofia, desenvolveu atentamente esta perspectiva.<sup>12</sup> Uma vez dito isto, não é menos verdade que Quine nunca deixou de prestar a devida homenagem a Russell,<sup>13</sup> tanto do ponto de vista filosófico como do pessoal, distanciando-se estrategicamente, tanto quanto era possível fazê-lo na altura, dos seus críticos, como certos seguidores da chamada “filosofia da linguagem corrente” (Strawson).<sup>14</sup>

Incidentalmente, a conexão com esta última filosofia é assaz relevante para caracterizar a visão de Quine da história do movimento analítico. Feitas as contas ou o balanço deste assunto, Quine nunca teve uma visão própria e autónoma da história da filosofia analítica e, muito especialmente, do lugar de Russell na mesma. Na verdade, como sugeri na minha dissertação de doutoramento e em alguns trabalhos mais recentes, ele, como aliás os restantes membros do que Dummett chamará a “escola americana”,<sup>15</sup> limitaram-se, *grosso modo* falando, a adoptar e desenvolver a visão

<sup>9</sup> Veja-se R. RORTY, “The Historiography of Philosophy: Four Genres”, in R. RORTY, J. B. SCHNEEWIND e Q. SKINNER (Ed.s), *Philosophy in History*, Cambridge University Press: Cambridge, 1984, 49-75.

<sup>10</sup> Veja-se “Two Dogmas of Empiricism”, in W. V. QUINE, *From a Logical Point of View: Logico-Philosophical Essays*, Harvard University Press, Cambridge-Massachusetts, 1994, 20 e ss..

<sup>11</sup> Veja-se IDEM, “Epistemology Naturalized”, in H. KORNBLITH (Ed.), op. cit., 15 e ss.. Também em W. V. QUINE, *Relativité de l’ontologie et quelques autres essais*, trad. J. Largeault, Aubier: Paris, 1977, 83 e ss..

<sup>12</sup> Veja-se “Language and Philosophy” (1975), in H. PUTNAM, *Mind, Language and Reality: Philosophical Papers*, Cambridge University Press: Cambridge/London/New York, 1986, vol. 2, 1 e ss.; e “Brains and Behaviour” (1963), in IDEM, *ibidem*, 325 e ss..

<sup>13</sup> Nos anos cinquenta, por exemplo, Quine era um dos raros filósofos a elogiar a teoria das descrições de Russell e as respectivas aplicações. Veja-se “On What There Is”, in W. V. QUINE, *From a Logical Point of View*, 1-20.

<sup>14</sup> Veja-se, neste sentido, “Mr. Strawson on Logical Theory” (1953), in W. V. QUINE, *The Ways of Paradox and Other Essays*, Harvard University Press: Harvard, 1966, 137 e ss..

<sup>15</sup> Veja-se M. DUMMETT, op. cit., 441.

característica da filosofia britânica durante os anos cinquenta e sessenta.<sup>16</sup> Isto explicará, muito provavelmente, certas ambiguidades da parte de Quine, quanto a Russell, a que acabei de aludir, e, mais decisivamente, o seu silêncio e as suas omissões quanto a Wittgenstein, que, uma década antes do filósofo americano ter lançado a agenda de toda uma nova problemática da teoria da significação centrada na epistemologia naturalizada, tinha chegado a conclusões muito similares quanto a essa teoria.<sup>17</sup> A filosofia britânica via em Russell e no positivismo lógico tanto na sua versão vienense como na americana os seus principais inimigos históricos, porque ambos seriam essencialmente uma expressão da “tradição clássica” em filosofia, que, em contraste com uma nova que ela própria representaria, fazia da teoria do conhecimento e da epistemologia em geral a sua principal preocupação filosófica.<sup>18</sup> Wittgenstein, por outro lado, era acusado de, pelo menos inicialmente, ter colaborado (por altura da publicação do *Tractatus*) com uma tal subversão da filosofia da análise, que tinha o nome russelliano conhecido de “filosofia do atomismo lógico”.<sup>19</sup> A crítica anti-positivista do final dos anos cinquenta por parte da filosofia britânica, a que Quine parece ter aderido, interpretava a história da análise geralmente desse ponto de vista a que acabei de aludir: sempre mantendo aquele pressuposto histórico dos filósofos ingleses segundo o qual será a filosofia de Russell, e particularmente a sua doutrina do atomismo lógico, que está na origem dos males positivistas, continuava a subscrever geralmente a responsabilidade histórica da primeira filosofia de Wittgenstein em relação ao positivismo lógico, apesar de a obra conhecida de Wittgenstein depois do *Tractatus*, na perspectiva dessa mesma crítica anti-positivista, parecer tê-lo completamente redimido de uma tal responsabilidade.<sup>20</sup> Vamos ter que esperar pelo último quartel do século XX para que a crítica anti-positivista reabilite a primeira filosofia de Wittgenstein, divorciando-a da suposta influência russelliana, de acordo com a teoria segundo a qual apresentará uma visão pura da lógica, não contaminada pelos pressupostos epistemológicos espúrios do atomismo lógico de Russell e dos seus continuadores positivistas.<sup>21</sup>

A moderna crítica anti-positivista que se segue ao impacto da problemática do holismo e do naturalismo na filosofia contemporânea, e na qual devemos incluir, para além de Quine, Feysabend, Hanson, Toulmin, Popper e Putnam, adoptou geralmente quanto ao positivismo lógico e respectivas origens a representação característica da filosofia britânica nos anos cinquenta e sessenta, com excepção, no que ao primeiro Wittgenstein diz respeito, da reserva a que acabei de aludir. Mas como R. Haller, o pioneiro da renovação dos estudos sobre o positivismo lógico vienense, mostrou numa série de trabalhos memoráveis, a imagem de um positivismo reduzido ao

<sup>16</sup> Veja-se H. RIBEIRO, Para compreender a história da filosofia analítica, MinervaCoimbra: Coimbra, 2001, cap. 5, 115 e ss..

<sup>17</sup> Veja-se L. WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, trad. G. E. Ascombe e R. Rhees, Basil Blackwell: Oxford, 1953. Sobre o paralelo entre Wittgenstein e Quine na matéria, ver, por exemplo, J. HEAL, *Fact and Meaning: Quine and Wittgenstein on Philosophy of Language*, Basil Blackwell: Oxford, 1989.

<sup>18</sup> Cf. J. O. URMSON, *Philosophical Analysis: Its Development Between the Two World Wars*, Clarendon Press: Oxford, 1956; e IDEM, “Histoire de l’analyse”, in *La philosophie analytique*, Cahiers de Royaumont, Minuit: Paris, 1962, 11-22.

<sup>19</sup> Veja-se D. PEARS, “Logical Atomism: Russell and Wittgenstein”, in A. J. AYER (Ed.), *The Revolution in Philosophy*, MacMillan and Co.: London, 1956, 41-55.

<sup>20</sup> Veja-se K. POPPER, “The Demarcation Between Science and Metaphysics”, in *Conjectures and Refutations: The Growth of Scientific Knowledge*, Routledge and Kegan Paul: London, 1972, 254; I. LAKATOS, “Cambios en el problema de la logica inductiva”, in *Matemáticas, Ciencia y Epistemologia*, trad. Diego R. Nicolás, Alianza Editorial: Madrid, 1981, 179 e ss.; e S. TOULMIN e A. JANIK, *La Viena de Wittgenstein*, trad. Ignacio de Liaño, Taurus: Madrid, 1983, 279.

<sup>21</sup> Veja-se, neste sentido, P. M. S. HACKER, *Wittgenstein’s Place in Twentieth-century Analytic Philosophy*, Blackwell: London, 1996.

fundacionalismo clássico, fenomenalista e verificacionista, não tem uma verdadeira correspondência histórica e filosófica entre a generalidade dos positivistas vieneses.<sup>22</sup> Pelo contrário, o holismo e naturalismo de Quine teve como seu principal antecedente ou precedente, entre aqueles, a filosofia de Neurath desde os dois primeiros decênios do século XX.<sup>23</sup> Este resultado das investigações do historiador austríaco foi, em parte na sua sequência e como é conhecido, estendido depois a certas teorias da ciência características de filósofos franceses no dealbar do século XX, como P. Duhem, dando lugar a toda uma nova historiografia sobre a matéria.<sup>24</sup> Mas, por outro lado, também os estudos quer sobre a conexão entre Russell e o positivismo lógico vienense quer sobre a questão de saber quais serão as origens mais remotas deste na filosofia alemã da segunda metade do século XIX, sofreram um desenvolvimento considerável nos últimos vinte anos. A imagem de um positivismo essencialmente herdeiro do legado histórico da filosofia de Russell, e do atomismo lógico em especial, foi francamente abalada com as investigações de A. Richardson, M. Friedman e outros, que mostraram ser ele resultante de um vasto enredo histórico-filosófico do pensamento alemão da última metade do século XIX (ainda basicamente por estudar), centrado sobre a justificação da possibilidade não apenas da matemática e da física (como em Kant) mas também das novas “ciências da vida” (a energética e a biologia) e do “espírito” (as chamadas “ciências humanas”), e onde o neo-kantismo é uma característica filosófica dominante.<sup>25</sup> Mais do que isso, e pior do que isso, para essas investigações que mencionámos: a crítica anti-positivista contemporânea, de que é exemplo privilegiado a crítica de Quine numa série de trabalhos desde os anos cinquenta, ao acusar de reducionismo e verificacionismo o positivismo lógico vienense não só ignora aparentemente que ele foi, como dissemos, essencialmente holista em matéria de filosofia da ciência (um holismo que não é só naturalista, como em Neurath, mas também propriamente lógico ou lógico-sintático, como em Carnap, Hempel e outros), e que um tal holismo antecipa claramente o seu próprio holismo, como ignorará ainda que a epistemologia positivista, particularmente a de Carnap, não só não é fundacionalista no sentido clássico em que se oporia ao relativismo como também, muito antes de Kuhn, parece antecipar o relativismo filosófico anti-fundacionalista da nova filosofia da ciência em voga actualmente.<sup>26</sup> Em consequência, o retrato histórico da génese do positivismo lógico por parte da crítica anti-positivista contemporânea não só é geralmente erróneo e enganador como será mesmo falso.

<sup>22</sup> Veja-se R. HALLER, *Studien zur Österreichischen Philosophie*, Rodopi: Amsterdam, 1979; IDEM, *Fragen zu Wittgenstein und Aufsätze zur Österreichischen Philosophie*, Rodopi: Amsterdam, 1986; e IDEM, “New Light on the Vienna Circle”, in *The Monist*, 65, 1982, 25-38.

<sup>23</sup> IDEM, *ibidem*, 35.

<sup>24</sup> Uma das referências principais nos anos setenta é S. HARDING (Ed.), *Can Theories be Refuted? Essays on the Duhem-Quine Thesis*, Reidel Publishing Co.: Dordrecht/Boston, 1976; mais recentemente, M. CLAVELIN e R. BOUDON (Ed.s), *Le relativisme est-il résistible? Regards sur la sociologie des sciences*, Actes du Colloque International ‘La sociologie de la connaissance scientifique: Bilan et perspectives’, P.U.F.: Paris, 1993.

<sup>25</sup> A. RICHARDSON, *Carnap’s Construction of the World: The ‘Aufbau’ and the Emergence of Logical Empiricism*, Cambridge University Press: Cambridge, 1998; IDEM, “From Epistemology to the Logic of Science: Carnap’s Philosophy of Empirical Knowledge in the 1930s”, in R. GIERE e A. RICHARDSON (Ed.s), *Origins of Logical Empiricism*, University of Minnesota Press: Minneapolis/London, 1996, 309-334; M. FRIEDMAN, *Reconsidering Logical Positivism*, Cambridge University Press: Cambridge, 1999. Sobre a nossa própria perspectiva quanto ao assunto, cf. H. RIBEIRO, “From Russell’s Logical Atomism to Carnap’s Aufbau: Reinterpreting the Classic and Modern Theories on the Subject”, in M. RÉDEI and M. STÖLTZNER (Ed.s), *John von Neumann and the Foundations of Quantum Physics*, Kluwer Academic Publishers: Dordrecht/Boston/London, 2001, 305-318.

<sup>26</sup> O paralelo entre Carnap e Kuhn foi feito inicialmente por G. REISH, “Did Kuhn Kill Logical Empiricism?”, in *Philosophy of Science*, 58, 1991, 264-277. Ele foi retomado, entre outros, por J. EARMAN, “Carnap, Kuhn, and the Philosophy of Scientific Methodology”, in P. HORWICH (Ed.), *World Changes: Tomas Kuhn and the Nature of Science*, The Mit Press: Cambridge-Massachusetts/London, 1992, 37-54.

Alguns estudiosos da filosofia dos críticos anti-positivistas, e nomeadamente da de Quine, têm vindo a confirmar esta revisão da história da análise desses críticos. É que Quine, cuja formação filosófica foi feita em grande parte com os positivistas lógicos vienenses e com Carnap em particular, deu geralmente por adquirido que o seu próprio holismo naturalista em matéria de filosofia da ciência seria oposto à epistemologia positivista de modo geral, ignorando o holismo que a caracteriza e, sobretudo, menosprezando o facto de que a sua “epistemologia naturalizada” é basicamente uma reformulação em novos termos, como sugeri anteriormente, do naturalismo de Neurath, isto é, nada mais nada menos do que o grande promotor do holismo positivista desde o começo dos anos vinte até praticamente à dissolução institucional do Círculo.<sup>27</sup> Entretanto, que Quine o tenha feito, quero dizer, que tenha omitido que estava ainda, de certa maneira, nos anos cinquenta e sessenta a tomar partido na famosa disputa positivista sobre a teoria da significação implicada no célebre problema do estatuto dos “enunciados protocolares” a favor daquele que, em certa medida, já a tinha ganho logo em meados dos anos trinta, não é filosoficamente indiferente ou secundário. D. Koppelberg observa que Quine, atacando o positivismo lógico como atacou, estava a prestar um favor à “filosofia britânica”, que há muito (nas palavras de M. Dummett) tinha elegido Carnap (não Heidegger!) como o seu “principal inimigo”!<sup>28</sup> Isso é, dos pontos de vista da psicologia e da história, uma boa interpretação mas, filosoficamente falando, parece insuficiente. Uma explicação alternativa, que aqui se sugere, seria que o interesse dominante de Quine não consiste na crítica do suposto reducionismo positivista em si mesma nem apenas em intervir nos diferendos entre a “filosofia britânica” e o positivismo lógico, apesar de tanto essa crítica como esta intervenção parecerem factos indiscutíveis, mas, em vez disso, em relançar o debate mais geral entre fundacionalismo e naturalismo em parte (e sublinho “em parte”) na esteira, como vou sugerir a seguir, de teorias como a que Russell nos apresenta em trabalhos fundamentais como uma *Investigação Sobre a Significação e a Verdade e O Conhecimento Humano*. Contudo, parece ser perfeitamente evidente que os pressupostos histórico-filosóficos que Quine apresenta para esse debate são, em geral, historicamente enganadores quando não mesmo falsos. Que o filósofo tenha necessidade de recriar desta ou daquela maneira a história da filosofia de acordo não apenas com as exigências da sua própria filosofia mas também com as do contexto histórico onde se insere, é um facto bem elucidativo, como diria Rorty, do carácter meta-histórico e meta-filosófico de uma grande parte dos problemas correntes na filosofia analítica desde o seu começo.

\*

Russell, justamente, foi vítima ao longo da história da filosofia analítica de um tal tipo de representação meta-histórica do que deveria ser a verdadeira análise filosófica, a começar, desde logo, pela sua relação com Wittgenstein, por altura do *Tractatus*, e continuando, depois,

<sup>27</sup> Veja-se R. HALLER, “Das Neurath-prinzip--Grundlagen und Folgerungen” (1982), in *Fragen zu Wittgenstein und Aufsätze zur Österreichischen Philosophie*, 108-124. Quine, na verdade, não deixa de salientar a importância da filosofia de Neurath, em contraste com o positivismo lógico no seu conjunto. Ele não o faz em “Two Dogmas of Empiricism” (1951), mas, embora de passagem, designadamente em “On Mental Entities” (1952) (W. V. QUINE, *The Ways of Paradox and Other Essays*, 223, 225); em “Le combat positiviste de Carnap”, in J. SEBESTIK e A. SOULEZ (Ed.s), *Le Cercle de Vienne: Doctrines et controverses*, Meridiens Klincksieck: Paris, 1986, 174; e em “Epistemology Naturalized”, in H. KORNBLITH (Ed.), op. cit., 26, 27.

<sup>28</sup> D. KOPPELBERG, “Why and How to Naturalize Epistemology”, in R. BARRETT e R. GIBSON (Ed.s), *Perspectives on Quine*, Blackwell: Oxford/Cambridge-Massachusetts/London, 1993, 200-211. Sobre as dissidências entre a filosofia inglesa da “ordinary language” e o positivismo lógico, veja-se J. O. URMSON, “Histoire de l’analyse”, in *La philosophie analytique*, 11-22.

com a sua influência no positivismo lógico vienense.<sup>29</sup> O pressuposto erróneo e enganador da historiografia analítica sobre o assunto é que a sua filosofia seria essencialmente fundacionalista, no sentido clássico ou tradicional, para além de atomista e reducionista, e, portanto, alheia à problemática do holismo e naturalismo em filosofia. Tenho procurado persistentemente defender a teoria, contra aquilo a que chamei a “leitura wittgensteiniana”, de que um tal pressuposto não tem qualquer sustentabilidade histórica na filosofia de Russell a partir dos anos vinte do século passado, e que o que de facto aí encontramos, a exemplo do que aliás acontece com alguns positivistas lógicos na época, como Reichenbach e Schlick, é uma antecipação do problema, e das respectivas implicações filosóficas, a que Quine virá a chamar dos anos sessenta em diante “indeterminação da tradução”.<sup>30</sup> Um tal problema aparece em Russell sob a forma da relatividade semântica entre a teoria e o observador, e condu-lo a uma versão da problemática do holismo a que podemos chamar um “holismo semântico parcial”.<sup>31</sup> De facto, logo no começo dos anos vinte, em trabalhos como *A Análise da Mente* e alguns anos antes do próprio Wittgenstein, encontramos nele a defesa da concepção fundamental segundo a qual a significação resulta do uso da própria linguagem,<sup>32</sup> no quadro mais geral de uma abordagem que, reconhecendo os limites e dificuldades do fundacionalismo tradicional, procura um meio termo entre este e o naturalismo.<sup>33</sup> Tudo isto, claro está, está longe de ser evidente para as leituras tradicionais da filosofia de Russell, e particularmente quer para a wittgensteiniana quer para a feita à luz da visão oficial das origens da problemática da epistemologia naturalizada.

Um aspecto fundamental do que acabo de dizer, no que concerne à atitude de Russell perante o positivismo lógico vienense a partir dos anos trinta, é que ele temia as implicações nefastas de um holismo radical em filosofia tanto na versão lógica ou lógico-sintáctica como na versão sociológica e naturalista.<sup>34</sup> Para ele, em trabalhos como *Uma Investigação Sobre a*

<sup>29</sup> Veja-se H. RIBEIRO, Para compreender a história da filosofia analítica, 97 e ss..

<sup>30</sup> Isso é bem claro na filosofia de Reichenbach. Em 1926 ele afirma a propósito da relatividade semântica teoria/dado-observação: “There are no facts, proclaims the idealist, who views the whole conception of the world as a construction of reason. In a certain sense, this is true (...) even the simplest facts of daily life are to some extent theory-laden. (...) But how can facts decide between theories if they themselves presuppose theories? Instead of overthrowing the theory ‘refuted’ by experiment, may we not alter the theories that first made the ‘thing’ observed into ‘this’ particular fact? Could we not arbitrarily establish ‘any’ theory in just this way, by interpreting every fact accordingly? Are there any facts at all that claim to characterize something objective?” (H. REICHENBACH, “The Metaphysics of Natural Science”, in M. REICHENBACH e R. COHEN [Ed.s], Hans Reichenbach. Selected Writings: 1900-1953, Reidel Publishing Co.: Dordrecht/Boston/London, vol. 1, 289, s. n.) Sobre os holismos de Schlick e de Reichenbach, e a sua relação com Russell, veja-se W. DEMOPOULOS e M. FRIEDMAN, “The Concept of Structure in The Analysis of Matter”, in C. W. SAVAGE e A. ANDERSON (Ed.s), Rereading Russell: Essays in Bertrand Russell’s Metaphysics and Epistemology, University of Minnesota Press: Minneapolis, 1989, 183-199.

<sup>31</sup> Veja-se H. RIBEIRO, “Da ‘imagem oficial’ de Russell à reabilitação da sua filosofia: ‘O vago’ como caso em estudo”, in Da natureza ao sagrado: Homenagem a Francisco Vieira Jordão, Fundação Eng. António de Almeida: Porto, 2000, vol. 1, 199-257.

<sup>32</sup> A tese de que a significação resulta essencialmente do uso da linguagem é o tema fundamental da “Lecture X” de *The Analysis of Mind*. Russell afirma aí, por exemplo: “Understanding language is more like understanding cricket: it is a matter of habits, acquired in oneself and rightly presumed in others. To say that a word has a meaning is not to say that those who use the word correctly have ever thought out what the meaning is: the use of the word comes first, and the meaning is to be distilled out of it by observation and analysis.” (B. Russell, *The Analysis of Mind*, George Allen and Unwin: London, 1978, 197-198, s. n.) Esta tese conduz Russell, em 1921, a apresentar, muito antes de Popper, um argumento anti-verificacionista em matéria de teoria da significação. Veja-se IDEM, *ibidem*, 268-269.

<sup>33</sup> Veja-se H. RIBEIRO, “The Present Relevance of Bertrand Russell’s Criticism of Logical Positivism”, 456-458.

<sup>34</sup> Veja-se B. RUSSELL, *An Inquiry Into Meaning and Truth*, Penguin Books: Middlesex-England/Victoria-Austrália, 1973 (1ª edição 1940), 132-133. Russell, em 1940, confunde por vezes, aparentemente, as duas versões, porque não era para ele claro o que é que, em rigor, distinguiria a versão semântica e naturalista, de Neurath, da versão propriamente lógico-sintáctica de Carnap e de Hempel.



*Significação e a Verdade*, era justamente esse o caso das propostas de solução positivistas para a crise da justificação dos chamados “enunciados protocolares”, como sejam as de Neurath, Carnap e Schlick.<sup>35</sup> Russell pensava que essas propostas conduziam a uma redução lógico-linguística dos problemas filosóficos, como acontecia com Carnap, ou a uma redução sociológica e naturalista, como acontecia com Neurath, e que ambas poderiam conduzir ao fim da epistemologia e da própria filosofia de maneira geral. Como se argumenta no livro referido, o holismo seria a mais perniciosa consequência da negação por parte dos positivistas lógicos da existência de um dado puro e virgem de interpretação, ou de algo independente da própria linguagem, como os chamados “factos” ou “percepções”.<sup>36</sup> Russell estava convencido que um tal tipo de negação tinha conduzido os positivistas ao hegelianismo e, em particular, a uma espécie de panlogismo neo-hegeliano, e identificou atitudes holistas radicais similares quer por parte do pragmatismo de Dewey quer por parte dos filósofos ingleses da linguagem corrente.<sup>37</sup> Como ele dirá:

There are some schools of philosophy—notable the Hegelians and the instrumentalists—which deny the distinction between data and inferences altogether. They maintain that in all our knowledge there is an inferential element, that knowledge is an organic whole, and that the test of truth is coherence rather than conformity with ‘fact’. I do not deny an element of truth in this view, but I think that, if taken as the whole truth, it renders the part played by perception in knowledge inexplicable.<sup>38</sup>

É evidente em várias passagens de *Uma Investigação* que, segundo o seu autor, era essencial manter a distinção entre a linguagem e os factos, ou, como Quine dirá dez anos mais tarde de uma perspectiva oposta, entre os elementos empíricos e os elementos lógicos da teoria da significação, em ordem a evitar uma redução lógico-linguística da filosofia. Não que Russell tivesse, na altura, a percepção que já se requeria de uma problemática como a da analiticidade, que só virá a fazer parte da agenda filosófica com Quine uma década depois. O cerne da sua argumentação tem como pano de fundo, em vez disso, aquele mesmo conjunto de problemas levantados pela justificação dos enunciados protocolares que tinha ocupado os positivistas vieneses. E não é menos claro que os argumentos críticos de Russell nesses textos não assentam em premissas de tipo fundacionalista, como os seus críticos e adversários pretendem, mas precisamente na tentativa de encontrar uma via alternativa entre o fundacionalismo tradicional e o naturalismo.<sup>39</sup> O ponto essencial, contra a interpretação de Quine do positivismo lógico

<sup>35</sup> *Sobre esta crise, veja-se R. CARNAP, “On Protocol Sentences” (1932), trad. R. Creath e R. Nollan, in NOÛS, 21, 1987, 457-470; O. NEURATH, “Protocol Sentences” (1932-1933), in A. J. AYER (Ed.), Logical Positivism, The Free Press: London, 1959, 199-208; C. HEMPEL, “On the Logical Positivist’s Theory of Truth” (1934), in Analysis, 2, 4, 1935; F. BARONE, “La polémique sur les énoncés protocolaires dans l’épistémologie du Cercle de Vienne”, in J. SEBESTYK et A. SOULEZ (Ed.s), op. cit., 181-196; P. JACOB, “La controverse entre Neurath et Schlick”, in ibidem, 197-218; e R. CICERA, Carnap and the Vienna Circle: Empiricism and Logical Syntax, Rodopi: Atlanta, 1994.*

<sup>36</sup> *IB. RUSSELL, op. cit., 117-118.*

<sup>37</sup> *IDEM, ibidem, cap. 21, 272 e ss..*

<sup>38</sup> *IDEM, ibidem, 117.*

<sup>39</sup> A ideia de Russell, em matéria de linguagem por exemplo, é que a aprendizagem desta nos estádios iniciais da infância é feita através do que chama “acquaintance”, isto é, de um processo que consiste basicamente na designação ostensiva dos objectos ou situações a que se referem os nomes em geral. Mas, aplicado à experiência humana no seu conjunto, esse processo é interpretado por ele em termos naturalistas e behavioristas, através, nomeadamente, da noção de que a significação advém do uso da linguagem (*IDEM, ibidem, cap. 4, 59 e ss.*). Posto perante a questão de saber como é que se pode conciliar a tese de que referência e significação assentam ultimamente na acquaintance com a tese de que resultam do uso da linguagem ele mesmo, Russell certamente argumentaria que a sua acquaintance linguística é um estádio primitivo e mais ou menos ideal, onto-geneticamente falando, da possibilidade da referência e da significação em geral (veja-se *IDEM, ibidem, 70 e ss.*). Deste ponto de vista, ele próprio poderia subscrever uma grande parte da teoria desenvolvida por Quine nos seus primeiros trabalhos sobre filosofia da linguagem (por exemplo, “The Scope and Language of Science” [1954], in W. V. QUINE, The Ways of Paradox and Other Essays, 228-245).

mas ao encontro da reabilitação contemporânea deste a que mais acima aludimos, é que para Russell a teoria da ciência positivista será, sem o saber, essencialmente holista, não reducionista. E, complementarmente, que o reducionismo em filosofia subscrito por alguns positivistas, como Carnap e sobretudo Schlick, é um escape positivista das implicações ou consequências perniciosas desse holismo em filosofia, em particular das que pareciam seguir-se de uma teoria como a de Neurath.<sup>40</sup> Por outras palavras, para Russell os positivistas vienenses não teriam tido a consciência filosófica que se requeria das suas assumpções holistas em matéria de filosofia da ciência, e, por isso, teriam adoptado por vezes, inconsequentemente, o reducionismo.<sup>41</sup>

Decorre claramente do que Russell nos diz em *Uma Investigação* sobre Neurath, que o que Quine virá a chamar “epistemologia naturalizada” equivale, no fundo, à negação da filosofia no sentido primeiro e essencial em que, uma vez reconhecidos os limites e dificuldades incontornáveis do fundacionalismo tradicional, ela deverá de algum modo continuar a poder fundar o conhecimento científico sob pena de desaparecer completamente. É uma teoria em que ele insistirá posteriormente em *O Conhecimento Humano* e, por fim, *O Meu Desenvolvimento Filosófico*.<sup>42</sup> Neste sentido, Russell observa pertinentemente no primeiro trabalho que a derradeira justificação para o empirismo semântico radical de Neurath não é filosófica mas sociológica. Outra coisa, presumivelmente, ele não diria sobre o papel que Quine virá a confiar aos filósofos em matéria de ciência no quadro da epistemologia naturalizada.<sup>43</sup> Era essencial para Russell conservar e manter a autonomia e independência do domínio teórico da filosofia em relação à ciência, aceitando, se assim se quisesse, a concepção cartesiana da árvore do conhecimento mas, simultaneamente, reinterpretando num tal contexto no sentido do naturalismo tudo o que era possível reinterpretar. E foi justamente o que ele procurou fazer, à sua maneira, particularmente a partir dos anos trinta, quando se dá o impacto do positivismo lógico na cena internacional.<sup>44</sup> Na base de um tal empreendimento, alguns anos antes de Quine e da crítica anti-positivista contemporânea, está já aquela mesma problemática do holismo em filosofia que norteou tanto esta como aquele filósofo americano.

Por outro lado, decorre ainda da crítica anti-positivista de Russell que, sendo certo que devemos aceitar a indeterminação da tradução de Quine e grande parte das suas implicações, não nos devemos de modo algum sentir obrigados a aceitar a sua indeterminação da referência, que é propriamente a indeterminação que está na base, filosoficamente falando, do conceito de epistemologia naturalizada.<sup>45</sup> Na verdade, desde os seus primeiros trabalhos sobre

<sup>40</sup> M. Friedman defendeu esta interpretação. Veja-se M. FRIEDMAN, “Philosophy and the Exact Sciences: Logical Positivism as a Case Study”, in J. EARMAN (Ed.), *Inference, Explanation, and Other Frustrations: Essays in the Philosophy of Science*, University of California Press: Cambridge-Massachusetts/London, 37-54.

<sup>41</sup> Deste ponto de vista, a ideia de que o verificacionismo positivista longe de eliminar a metafísica a reintroduz por uma outra via, assentando ultimamente nela, é recorrente ao longo dessa obra: “A great deal of metaphysics, afirma Russell, is involved (...). I cannot imagine any way of discovering whether the metaphysics in question is true or false, but I think it is worthwhile to state the assumptions involved.” (B. RUSSELL, op. cit., 220).

<sup>42</sup> Veja-se B. RUSSELL, *My Philosophical Development*, George Allen and Unwin: London, 1959, 229-230.

<sup>43</sup> Veja-se W. V. QUINE, “Epistemology Naturalized”, in H. KORNBLITH (Ed.), op. cit., 28-30.

<sup>44</sup> Veja-se B. RUSSELL, “The Limits of Empiricism” (1935), in J. SLATER (Ed.), *Bertrand Russell: A Fresh Look at Empiricism: 1927-1942*, The Collected Papers of Bertrand Russell, Routledge: London/New York, vol. 10, 1996, 313-328. Antes de *An Inquiry into Meaning and Truth*, onde essa crítica é prosseguida e desenvolvida, Russell dedicará ainda um trabalho à análise do positivismo lógico: “On Verification” (1937), in *ibidem*, 334-357. Em 1950, num trabalho retirado parcialmente de *Human Knowledge: Its Scope and Limits* (1948), ele continua a defender o essencial das críticas anteriormente apresentadas (veja-se B. RUSSELL, “Logical Positivism”, in *Revue Internationale de Philosophie*, janvier de 1950, 11).

<sup>45</sup> A primeira indeterminação, ou “sub-indeterminação” como por vezes se diz, não deveria conduzir necessariamente à segunda mas, no argumento quineano, é indissociável ou inseparável dela. Veja-se W. V. QUINE, art. cit., 23 e ss.; e IDEM, *Relativité de l’ontologie et quelques autres essays*, cap. 2, 47 e ss..

o conceito de vago no princípio dos anos vinte, ele manterá que a inevitável indeterminação da significação que resulta do uso da linguagem tem a ver não apenas ou exclusivamente com a ocorrência indeterminada mas, outrossim, com a nossa relação cognitiva com a mesma.<sup>46</sup> O que significa, em termos quineanos, que se fosse a ocorrência ou referência ela mesma que fosse indeterminada, *não chegaríamos sequer a poder compreender a possibilidade da indeterminação da tradução, e que esta, portanto, perderia toda a pertinência filosófica.*<sup>47</sup> Consciente das origens kantianas do holismo semântico de maneira geral, em contraste com o que acontecia geralmente na sua época, Russell insistiu com persistência neste ponto a que acabo de aludir.<sup>48</sup> Aceitaria, pois, a indeterminação quineana da tradução mas rejeitaria que esta pudesse conduzir com necessidade, como pensou Quine, a qualquer indeterminação da referência. E, deste modo, era mais uma vez na necessidade de uma via alternativa entre o fundacionalismo clássico ou tradicional, -que não aceita a legitimidade da primeira indeterminação-, e um naturalismo de feição mais ou menos radical, -que, de uma forma ou de outra, milita essencialmente pela segunda-, que Russell apostava nos seus últimos trabalhos filosóficos.

<sup>46</sup> Russell dirá: “When knowledge is vague, this does not apply to the knowing as an occurrence; as an occurrence it is incapable of being either vague or precise, just as all other occurrences are. Vagueness in a cognitive occurrence is a characteristic of its relation to that which is known, not a characteristic of the occurrence in itself.” (B. RUSSELL, “Vagueness” [1923], in J. SLATER [Ed.], Bertrand Russell: Essays on Language, Mind and Matter: 1919-1926, The Collected Papers of Bertrand Russell, Unwin Hyman: London/Boston, 1988, 147-148, s. n.)

<sup>47</sup> Não há nesta indeterminação que Russell tem em mente qualquer vestígio da ideia de generalidade, no sentido em que alguns críticos acusam enganadoramente a sua concepção da linguagem. A indeterminação da tradução (o vago em geral das ocorrências cognitivas) em si própria é um facto que, por sua vez, não pode ser indeterminado, sob pena do conceito de indeterminação ele mesmo tornar-se completamente vazio e auto-contraditório. O referente (ou o “conhecido” como lhe chama Russell), por outro lado, também não é indeterminado em si mesmo e só é propriamente indeterminado no contexto da tradução (ou da relação entre a “ocorrência cognitiva” e o “conhecido”). Veja-se, sobre o assunto, H. RIBEIRO, “Da ‘imagem oficial’ de Russell à reabilitação da sua filosofia: ‘O vago’ como caso em estudo”, 199-257.

<sup>48</sup> Essas origens foram postas em evidência pelos autores a que aludimos na nota 25 e são mencionadas por Russell no seu trabalho sobre “O Vago”. Cf. J. SLATER (Ed.), op. cit., 145.